

SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR DOS PAÍSES DA ZONA DO EURO, 2008 - 2015.

Rodolfo Francisco Soares Nunes¹
Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli²

RESUMO:

O objetivo deste artigo é examinar o processo de tomada de decisões que afetaram o comércio exterior dos países da Zona do Euro (ZE) nos anos após a Crise Financeira e Monetária de 2008, bem como verificar o desempenho destes, principalmente a composição Exportações/Importações, nos anos de 2008 a 2015. Adicionalmente, busca-se verificar a dinâmica do comércio internacional e as formas como este comércio vem se estabelecendo no século XXI, em vista do atual cenário internacional globalizado, onde há necessidade de se compreender como o maior e mais importante bloco integrado de países vem desenvolvendo suas políticas de Comércio Exterior.

Palavras-chaves: União Europeia; Zona do Euro; Comércio Internacional; Crise de 2008.

ABSTRACT:

This paper aims to present an exam of the decision-making process that affected the foreign trade of the Euro Zone countries in the years after the Financial and Monetary Crisis of 2008, as well as to verify the performance of these countries, mainly the composition Exports / Imports , in the years 2008 to 2015. In addition, it seeks to verify the dynamics of international trade and the ways in which this trade has been established in the 21st century, in view of the current globalized international scenario, where there is a need to understand how the greater and more importantly, an integrated bloc of countries has been developing its foreign trade policies.

Key-words: European Union; Eurozone; International Trade; 2008 Crisis.

¹ Economista, mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² Doutora em História Econômica (USP). Professora do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da UFMA.

INTRODUÇÃO

O processo de integração de países em blocos econômicos, realizado com o objetivo de coordenar políticas econômicas, pode ser entendido como resultado não apenas da expansão do capitalismo global, após a segunda metade do século XX. Também pode ser apreendido a partir do que seriam os objetivos da ideologia expressa pelo termo “desenvolvimento econômico”, cunhado desde o pós-guerra. A partir dela, com a expansão do modelo de sociedade industrial e de consumo em massa, buscava-se estender a todo o globo o ideário de sociedades onde o bem-estar, o acesso ao consumo e aos recursos materiais seriam possíveis a todos os seus integrantes de forma igualitária e inevitável. Nesse sentido, o movimento crescente de formação de blocos econômicos observado a partir da segunda metade do século XX reflete a capacidade de penetração ideológica do mito da construção de uma sociedade global, na qual não existiriam barreiras, tendente à igualdade, pelo que essa forma de se pensar o desenvolvimento concebe como uma inércia de mercado. Evidentemente, a expectativa dessa visão irreal da dinâmica das sociedades humanas não teve este resultado, o que se pode observar já neste começo do século XXI, onde o resultado mais comum é a desigualdade, exclusão, pobreza, espoliação, submissão e conflitos de toda a sorte.

Ainda assim, por se tratar do sistema hegemônico de pensamento econômico dominante na atualidade, a união de países em torno de políticas comerciais comuns continua sendo algo defendido e ansiado em todo o globo. Para que se possa entender o processo de integração de um grupo de países em um bloco econômico, há que se conhecer primeiramente os conceitos e teorias que buscam explicar tal processo.

As teorias construídas sobre blocos econômicos convergem na explicação de sua origem histórica que se divide em três fases. Estas, segundo Aldo Ferrer (1998), seriam: (1) as Grandes Navegações dos séculos XV e XVI, que promoveram a expansão do capitalismo mercantil por todo o mundo, fazendo deste um sistema único de produção e consumo de mercadorias; (2) a Revolução Industrial do século XVIII, quando o capitalismo europeu, passou a desenvolver tecnologias que permitiram ganhos de produtividade e escala; e (3) a Internacionalização do Capital, através da expansão das corporações multinacionais, no século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A expansão do capitalismo, deste modo, em sua expansão territorial constituiu a base do fenômeno histórico conhecido como globalização, o qual teve, no final do período denominado de Guerra Fria, no final do século XX, o incremento da disputa comercial entre empresas e países e a formação de grandes blocos regionais possuidores de elementos fundamentais característicos.

Assim, os blocos econômicos teriam sido criados para promover o desenvolvimento do comércio de determinadas regiões, através da eliminação de barreiras alfandegárias, eliminando o custo transacional das mercadorias. Tal redução de custos aumentaria o poder de compra dentro do bloco supostamente a todos seus partícipes, proporcionando uma elevação no nível de vida da população dos países-membros, com o aproveitamento de economias de escala, ganhos de produtividade e vantagens comparativas, além da ampliação da concorrência, de acordo com Södersten (1979). Esta seria uma perspectiva apresentada ainda no século XVII, por Cantillon e Smith, mas consolidada pela Teoria das Vantagens Comparativas (T.V.C.), formulada por David Ricardo, em seus *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817). Dada sua propriedade aos interesses do capitalismo industrial em expansão à época, essa forma de ver as relações econômicas internacionais ganhou bastante espaço dentro da teoria econômica, sofrendo mesmo variações e adaptações – em particular pelo modelo constituído nos anos 1930 por Bertil Ohlin e Eli Heckscher – que não alteram a ideia central de que a simplificação produtiva conduziria à riqueza de todos os países.

A partir de tal perspectiva teórica, segundo Peggy Beçak (2000), existiriam quatro tipos de integração econômica: (1) Zona de Preferências Tarifárias: adoção de níveis tarifários preferências entre dois ou mais países, ou seja, as tarifas cobradas entre tais países são mutuamente inferiores às praticadas nas transações com terceiros; (2) Zona de Livre Comércio: eliminação de todas as barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem no comércio entre os países integrantes do grupo; (3) União Aduaneira: ocorre quando os países integrantes de uma Zona de Livre Comércio adotam uma tarifa comum para importações junto a mercados externos (Tarifa Externa Comum, TEC); e (4) Mercado Comum: nele, além da livre circulação de mercadorias, há a livre circulação de fatores produtivos, como capital e trabalho. Adicionalmente, a adoção de uma moeda comum e de uma política macroeconômica e regional comum constituiria um quinto e último modelo, a União Econômica e Monetária.

Para Krugman e Obstfeld (2005), a construção de blocos econômicos seria um processo, através do qual dois ou mais mercados nacionais se uniriam, de modo a eliminar completamente as barreiras comerciais entre si e facilitar o movimento de mercadorias, pessoas e capitais. Tal processo possuiria diferentes formas e graus de integração, a saber:

(1) Zona de Livre Comércio: área formada por dois ou mais países que suprimem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si. Cada país mantém a sua política aduaneira própria com relação aos demais países do globo com os quais mantém relações comerciais;

(2) União Aduaneira: área em que, além de se suprimirem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si, os países que a integram estabelecem uma pauta aduaneira comum em relação

ao comércio com terceiros países, representada pela Tarifa Externa Comum (TEC). Ou seja, os países formam uma unidade em relação ao resto do mundo;

(3) Mercado Comum: forma mais abrangente de integração econômica, com eliminação das barreiras alfandegárias e comerciais entre os países e ao estabelecimento de uma pauta aduaneira comum, além da abolição das restrições aos movimentos de fatores produtivos entre os estados-membros;

(4) União Econômica: fase mais profunda de integração, sem restrições aos movimentos de fatores produtivos e também a harmonização das políticas econômicas dos países-membros; e

(5) Integração Econômica Total: além da eliminação das barreiras alfandegárias e comerciais, do estabelecimento de uma pauta aduaneira comum, da abolição das restrições aos movimentos de fatores produtivos e da adoção de harmonização das políticas econômicas, os estados-membros unificam as suas políticas monetária, fiscal e social, delegando a uma autoridade supranacional os poderes para elaborar e aplicar essas políticas.

O exemplo mais contundente da criação de um bloco integrado é o de países europeus cujo processo de integração se inicia após o final de Segunda Guerra Mundial, atingindo seu ápice com a assinatura do Tratado de Maastricht, em fevereiro de 1992, substituindo a antiga Comunidade Econômica Europeia (1957). Através deste tratado, os chamados Estados-Membros acordaram uma estrutura institucional com objetivo de assegurar a coerência e eficácia de suas políticas comuns.

Ao assinar o tratado, os Estados-Membros aceitaram o estabelecimento de um mercado interno comum cuja meta seria promover o desenvolvimento e o crescimento dos Estados-Membros através do pleno funcionamento deste mercado. Para atender a esse objetivo de promoção do desenvolvimento, a ferramenta principal seria o comércio entre os Estados-Membros, com eliminação de direitos aduaneiros e encargos entre os membros da UE, além de uma pauta aduaneira comum na relação com países terceiros.

Adicionalmente, a União Europeia tem competência para legislar acerca da política comercial de seus Estados-Membros e definir pautas comuns e específicas sobre o funcionamento do comércio exterior das nações. A gestão da pauta aduaneira na UE está a cargo da Comissão, uma instituição encarregada de garantir a aplicação dos tratados entre os Estados-Membros e garantir que as políticas adotadas estejam de acordo com a conjuntura político-econômica vigente.

Além da Comissão é importante citar algumas instituições ligadas à questão da regulação do comércio exterior entre os países da Zona do Euro, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tem como um dos seus objetivos a liberalização do comércio internacional. No entanto, estas instituições e seus gestores passaram por um momento peculiar desde a sua criação (Comissão

em 1992 e OMC em 1995), em virtude da crise monetária e financeira estabelecida mundialmente entre os anos de 2007 e 2008, se intensificando ainda mais neste último.

Essas instituições, em nosso ver, denotam um processo de transformações estruturais coordenadas de vários estados nacionais consolidados em território europeu desde o Pós Guerra (1945). Essas transformações estruturais seguiram uma pauta, favorável aos interesses do Capital, que busca, através da eliminação do Estado, em alguns pontos, e da sua reorientação de política econômica, reduzir os custos de transação, em sentido favorável ao bloco, e aumentar a taxa de exploração por sobre o trabalho, em sentido favorável ao Capital, através, inclusive do movimento de financeirização deste. Para tanto, não seria necessária apenas a eliminação do Estado, da forma como este fora concebido a partir do Pós Guerra; seria necessário também que se reorientasse esse de maneira a estabelecer uma rede bem estruturada de proteção institucional ao capital usurário.

O objetivo deste artigo, assim, é examinar o processo de tomada de decisões que afetaram o comércio exterior dos países da Zona do Euro (ZE) nos anos após a Crise Financeira e Monetária de 2008, bem como verificar o desempenho destes, principalmente a composição Exportações/Importações, nos anos de 2008 a 2015. Adicionalmente, busca-se verificar a dinâmica do comércio internacional e as formas como este comércio é estabelecido.

O início do debate sobre a Economia Política tem como precursores os estudos sobre o comércio entre dois países, ou seja, a iniciação de uma teoria econômica parte justamente da análise entre as relações mercantis entre duas nações e os efeitos destas nas demais variáveis em cada país. No entanto, em vista do atual cenário internacional globalizado, há necessidade de se compreender como o maior e mais importante bloco integrado de países vêm desenvolvendo suas políticas de Comércio Exterior e de que forma tais políticas servem mais ao fortalecimento da União Monetária do que ao desenvolvimento individual dos seus Estados-membros.

O corte temporal usa 2008 como início da série por ser o ano em que a Crise financeira e Monetária atinge a União Europeia, e o final da série, 2015, permite verificar como as relações comerciais dos países do bloco se estabilizaram após os primeiros anos mais turbulentos entre 2008 e 2010.

Os dados utilizados para análise foram retirados da base oficial de estatísticas da União Europeia, a EUROSTAT, e trabalhados para permitir maior facilidade de comparação entre os desempenhos das diferentes economias unificadas monetariamente. Para tanto, fez-se uso da base de dados por temas disponível através de uma ferramenta de extração identificada que permite a manipulação dos dados de maneira padronizada, permitindo montar uma planilha que contém informações percentuais do desempenho da Balança Comercial em uma série temporal, por ano,

que examina de maneira isolada as importações e exportações um dos países selecionados, permitindo fazer as devidas comparações entre as diferentes nações analisadas

Além da análise empírica, também se utiliza como referência as versões consolidadas do tratado da União Europeia, e o Regulamento (UE) 2015/479 do Parlamento Europeu e do Conselho, publicados pelo jornal oficial do bloco nos anos de 2011 e 2015, respectivamente.

DETERMINAÇÕES DE POLÍTICA COMERCIAL NA ZONA DO EURO

Sendo o maior comprador do mundo, a Política Comercial Comum (PCC) da União Europeia conta com algumas instituições que balizam suas determinações, como é o caso do Parlamento Europeu e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e estas colocam o bloco, através de sua pauta comercial, no protagonismo das decisões acerca do comércio mundial.

A PCC está balizada no ordenamento jurídico estabelecido pela OMC, como será visto a posteriori e, principalmente, está estruturada conforme determinações do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, que são as instituições que definem como a política comercial comum será executada. É importante salientar que a PCC, assim como a Política Monetária, foi adicionada como uma política de competência exclusiva da UE.

A - A União Europeia e a OMC

A Organização Mundial do Comércio (1995), que substituiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), foi criada com o intuito de solucionar as demandas advindas da Rodada do Uruguai (1986-1994) e tem como principal objetivo supervisionar e liberalizar o comércio internacional.

A OMC foi constituída através de um Acordo Constitutivo³, composto por dezesseis artigos e quatro anexos. Para MESQUITA (2013, p. 47), “A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) deu, finalmente, base jurídica sólida para o sistema de comércio multilateral.”. O principal objetivo da OMC é fornecer um quadro institucional capaz de propiciar relações comerciais que são de interesses comuns aos Estados-Membros do acordo.

Apesar que, nas deliberações da OMC, o voto de cada país possui o mesmo peso, por possuírem suas determinações comerciais atreladas às determinações contidas na PCC, a UE acaba por ter um peso maior nas decisões.

³ *Agreement Establishing the World Trade Organization*

A forte presença da UE nas determinações da OMC são observadas em um dos seus principais mecanismos, o de resolução de litígios. Conforme afirma Mendonça (2017):

Desde a criação da OMC, a UE tem sido um dos maiores utilizadores do sistema de resolução de litígios da OMC. A União envolveu-se em 181 casos de resolução de litígios, 97 dos quais como queixosa e 84 como acusada. Noutros 166 casos, solicitou o estatuto de «terceiro», o que permite aos membros da OMC monitorizar litígios entre outras partes. (MENDONÇA, 2017, p. 2)

A União Europeia desempenha um papel fundamental na tomada de decisões no que se refere à diretrizes que balizam o comércio mundial. Principalmente por ter uma Política Comercial Comum, a UE possui uma voz uniforme no que diz respeito às decisões a serem tomadas no comércio multilateral, que se dá através da OMC.

Segundo Mendonça (2017):

A Política Comercial Comum da UE é um dos domínios em que a competência da União é plena e exclusiva. Por outras palavras, a UE intervém a uma só voz na OMC e é representada pela Comissão, e não pelos Estados-Membros. A Comissão negocia acordos comerciais e defende os interesses da UE perante o Órgão de Resolução de Litígios da OMC em nome de todos os 28 Estados-Membros. A Comissão consulta e informa com regularidade o Conselho e o Parlamento Europeu sobre o conteúdo e a estratégia para as discussões multilaterais. Ao abrigo do Tratado de Lisboa, o Conselho e o Parlamento são coo legisladores e têm igualdade de poderes em matéria de comércio internacional. (MENDONÇA, 2017, p. 4-5)

Dessa forma, o caminho para que a engrenagem do comércio internacional funcione a favor das decisões tomadas pela UE através da sua PCC fica facilitada, uma vez que seus interesses são defendidos de uma maneira uniforme no principal organismo do comércio mundial.

B - Política Comercial Comum da União Europeia

No Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), em seu Título II, temos a definição de uma das suas ações externas, a Política Comercial Comum (PCC). Assim, no Art. 206 afirma-se que:

[...] a União contribui, no interesse comum, para o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial, para a supressão progressiva das restrições às trocas internacionais e aos investimentos estrangeiros diretos e para a redução das barreiras alfandegárias e de outro tipo. (TFUE, p. 183)

O Art. 206 deixa claro o interesse na unificação e coesão das políticas comerciais como forma de redução das barreiras para o comércio e a busca do desenvolvimento do comércio internacional. Para balizar a PCC, o Art. 207 ainda acrescenta:

A política comercial comum assenta em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à celebração de acordos pautais e comerciais sobre comércio de mercadorias e serviços, e aos aspetos comerciais da propriedade intelectual, ao investimento estrangeiro direto, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de defesa comercial, tais como as medidas a tomar em caso de *dumping* e de subsídios. A política comercial comum é conduzida de acordo com os princípios e objetivos da ação externa da União. (TFUE, p. 184)

Diante do presente artigo nos deparamos com um processo de “liberalização regulada” por parte da UE, principalmente no que diz respeito às práticas relacionadas ao investimento estrangeiro direto, ao *dumping* e aos subsídios. Cabe ressaltar também que essa multiplicação de acordos comerciais e garantias de liberalização de mercados é parte do processo de integração regional feito através de uma União Aduaneira.

Apesar de a Política Comercial ser deliberada em comum desde os tempos da Comunidade Econômica Europeia, as transformações ocorridas no sistema capitalista, ainda mais em um ambiente de intensificação da mundialização do capital, fizeram com que o regime comum sobre o comércio da UE sofresse alterações depois do cenário encontrado pós-2008.

É justamente neste contexto que temos o Regulamento nº 2015/479 do Parlamento Europeu de 11 de março de 2015 que institui novas regras para as exportações de produtos de países da União Europeia com destino a países terceiros e estabelece que estas exportações não estejam sujeitas a restrições quanto à quantidade.

O artigo primeiro desse regulamento afirma que:

As exportações da União com destino a países terceiros são livres, isto é, não estão sujeitas a restrições quantitativas, com exceção das aplicadas nos termos do presente regulamento. (Parlamento Europeu, 2015, p. 1)

Alguns Estados-Membros, que se sentirem lesados com esse processo de liberalização das exportações com destino a países terceiros ao bloco, podem fazer um pedido formal para a Comissão e esta tomara as devidas providências no que diz respeito à solução de controvérsias.

Este regulamento é um marco na experiência de integração regional, principalmente no que se refere às restrições impostas pela própria estrutura da integração e constituição de blocos econômicos.

Uma crescente necessidade de busca por mercados alheios à UE e, com a mundialização dos mercados, o Regulamento nº 2015/479 acabou por consolidar um movimento que representou o que foi o comércio da União Europeia e, principalmente, da Zona do Euro no período pós-crise de 2008.

Como veremos mais adiante, os países da Zona do Euro buscarão cada vez mais transacionar bens e serviços com países terceiros à UE, o que justifica a necessidade de abolir tais empecilhos ao comércio com terceiros.

DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR NA ZONA DO EURO

A Política Comercial Comum (PCC) que rege as determinações comerciais da UE, pode ser analisada através das relações comerciais estabelecidas entre os Estados-Membros. A relação observada através da comparação entre as exportações e importações de cada país e, por último, do total da Zona do Euro, nos apresenta um patamar da degradação dos termos de troca, além de nos demonstrar a situação da Balança Comercial de cada Estado-Membro.

O desempenho do comércio exterior nos países da ZE mostra a preocupação da política comercial comum para que se mantenha uma Balança Comercial favorável nestes países. Algumas economias também apresentam desempenhos estáveis nas suas relações comerciais, a relação das exportações e importações desses países e os casos especiais serão detalhados a seguir.

A - Relação Exportação/Importação nos países da Zona do Euro

Os dados referentes às exportações e importações de bens e serviços dos países da ZE mostram a preocupação de se manter uma política comercial que alcance uma Balança Comercial favorável nos países e a recuperação de alguns destes países que apresentavam uma Balança Comercial desfavorável.

A relação Exportação/Importação, também denominada Termos de Troca evidencia a capacidade que o país possui de pagar suas importações, utilizando suas exportações. Na tabela 1 podemos perceber essa relação, no período de 2008-2015.

Tabela 1: Relação Exportação/Importação nos países da ZE no período 2008-2015

País	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Zona do Euro	1,03	1,04	1,03	1,03	1,06	1,08	1,08	1,11
Alemanha	1,15	1,13	1,13	1,11	1,13	1,14	1,17	1,19
Áustria	1,11	1,10	1,09	1,06	1,06	1,09	1,07	1,08
Bélgica	1,01	1,04	1,03	1,01	1,01	1,02	1,01	1,02
Chipre	0,80	0,88	0,87	0,91	0,93	1,03	1,03	1,00
Eslováquia	0,97	0,99	1,00	1,01	1,06	1,07	1,04	1,03
Eslovênia	0,96	1,04	1,02	1,02	1,07	1,09	1,11	1,13

Espanha	0,82	0,93	0,93	0,97	1,02	1,08	1,08	1,08
Estônia	0,95	1,09	1,09	1,03	0,99	1,01	1,05	1,06
Finlândia	1,09	1,05	1,03	0,98	0,98	1,00	0,97	0,99
França	0,93	0,93	0,92	0,90	0,93	0,93	0,94	0,95
Grécia	0,62	0,63	0,71	0,76	0,85	0,92	0,93	1,00
Irlanda	1,12	1,22	1,23	1,27	1,29	1,28	1,19	1,34
Itália	0,97	0,98	0,93	0,95	1,04	1,09	1,11	1,11
Letônia	0,76	0,97	0,98	0,92	0,94	0,97	0,97	0,98
Lituânia	0,83	0,97	0,97	0,97	1,01	1,01	1,02	0,99
Luxemburgo	1,20	1,24	1,22	1,21	1,20	1,23	1,20	1,18
Malta	0,98	0,97	0,99	1,03	1,05	1,06	1,10	1,06
Países Baixos	1,12	1,11	1,11	1,11	1,11	1,13	1,15	1,14
Portugal	0,76	0,79	0,80	0,89	0,98	1,03	1,01	1,02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Base EUROSTAT.

No ano de 2008, ano inicial dos efeitos da crise financeira, doze países apresentavam uma relação X/M desfavorável, dentre eles cabe destacar Grécia, Portugal, Chipre, Letônia, Espanha e Lituânia, que apresentaram uma relação inferior a 0,90. Destes países, no ano de 2015, apenas Letônia e Lituânia ainda se encontravam em uma relação desfavorável, mas próxima de um.

No ano de 2011 o número de países com relação X/M inferior a um passou para nove e no ano de 2015. Alguns países apresentaram um resultado favorável para as exportações no mesmo período, com destaque para Alemanha, Luxemburgo e Irlanda que em alguns momentos apresentaram desempenho próximo a 1,20. A média dos países da ZE também apresentou um resultado favorável desde o ano de 2008.

Uma mudança dos Termos de Troca se explica por duas razões, a saber: (1) aumento do valor exportado; e (2) diminuição do valor importado. Nota-se que países como Portugal, Grécia, Espanha, Eslovênia, Eslováquia e Itália passaram por uma mudança em seu padrão de comércio internacional, de uma predominância das exportações para as importações, o que mostra um aumento potencial da demanda agregada desses países, a partir do consumo importador. O contrário aconteceu apenas com a Finlândia no período. Os demais países tenderam à razão unitária de equilíbrio entre exportações e importações. De toda forma, é preciso verificar a composição em porcentagem do PIB das exportações e importações em cada ano destes países.

Já a queda dos termos de troca representa uma perda importante para os países da Zona do Euro, principalmente para aqueles que se encontram aquém do centro do capitalismo europeu.

Tabela 2 :Exportações e Importações (%PIB) dos Países da ZE no período de 2008-2015

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
--------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------

	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M
Alemanha	43,5	37,5	37,8	32,9	42,3	37,1	44,8	39,9	46,0	39,9	45,5	39,5	45,7	39,1	46,8	39,2	44,1	38,1
Áustria	53,2	49,0	44,9	41,9	51,0	47,7	53,7	51,2	53,8	51,2	53,2	50,6	53,0	49,7	53,1	49,1	52,0	48,8
Bélgica	79,7	79,2	69,3	67,0	76,4	74,7	81,6	81,1	82,3	81,7	81,8	80,7	83,2	82,3	82,9	81,3	79,7	78,5
Chipre	50,1	62,9	48,7	54,1	50,2	57,5	52,9	55,9	53,5	55,0	58,7	56,9	62,2	60,1	61,2	60,9	54,7	57,9
Eslováquia	80,0	82,9	67,6	69,1	76,3	77,8	85,0	86,0	91,4	87,8	93,8	89,6	91,8	88,2	93,5	91,1	84,9	84,1
Eslovênia	66,1	68,0	57,2	55,4	64,3	62,9	70,4	68,5	73,3	69,0	75,2	69,6	76,4	68,9	77,9	68,8	70,1	66,4
Espanha	25,3	30,4	22,7	23,8	25,5	26,8	28,9	29,2	30,7	29,2	32,2	29,0	32,7	30,2	33,2	30,7	28,9	28,7
Estônia	66,8	70,7	60,8	55,8	75,1	68,7	86,5	80,8	86,0	84,4	84,5	82,5	83,1	79,5	79,3	75,1	77,8	74,7
Finlândia	45,1	41,4	36,3	34,3	38,7	37,4	39,2	40,0	39,5	40,9	38,8	39,7	37,2	38,2	36,5	37,0	38,9	38,6
França	27,4	29,1	24,1	25,5	26,0	27,9	27,8	30,4	28,5	30,7	28,6	30,5	28,9	30,9	29,7	31,2	27,6	29,5
Grécia	23,4	36,0	19,0	28,8	22,1	30,7	25,5	32,3	28,7	33,1	30,4	33,2	32,5	34,9	31,9	31,8	26,7	32,6
Itália	27,0	27,8	22,5	23,1	25,2	27,2	27,0	28,6	28,6	27,6	28,9	26,6	29,3	26,5	30,0	27,1	27,3	26,8
Letônia	39,5	52,5	42,6	44,2	53,7	55,1	57,8	62,8	61,3	65,8	60,3	63,5	59,5	61,4	58,9	60,1	54,2	58,2
Lituânia	57,1	68,7	51,9	53,6	65,3	67,2	75,0	77,5	81,6	80,8	84,0	82,7	80,9	79,0	75,9	76,5	71,5	73,3
Luxemburgo	187,1	156,4	164,1	131,9	174,5	141,6	178,0	145,5	186,4	155,4	192,1	159,6	206,3	172,3	227,1	192,4	189,5	156,9
Malta	148,5	148,7	147,7	149,2	153,3	154,2	160,5	158,3	165,5	160,9	157,3	151,0	150,2	137,0	144,0	136,1	153,4	149,4
Holanda	71,6	63,0	63,2	55,8	72,0	63,6	77,4	68,8	81,9	72,3	82,0	71,3	82,6	71,7	83,4	72,9	76,8	67,4
Portugal	31,1	40,8	27,1	34,0	29,9	37,4	34,3	38,6	37,7	38,2	39,5	38,5	40,1	39,9	40,6	39,8	35,0	38,4
Irlanda	84,1	75,5	93,2	79,8	103,1	86,5	103,1	84,4	106,9	89,7	106,0	87,3	113,0	95,2	124,6	91,5	104,0	86,2
ZE	39,9	39,0	35,0	33,5	39,0	37,7	41,9	40,5	43,7	41,1	44,0	40,7	44,7	41,2	46,3	41,8	41,8	39,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Base EUROSTAT.

Conforme se observa na tabela 2, há um aumento das exportações. Esse movimento se apresenta como uma resposta à desaceleração da economia, resultante da Crise Financeira de 2008, e resulta na tentativa de se estabelecer uma recuperação da demanda efetiva e reaquecimento dos setores produtivos dos países da ZE. Assim, podemos verificar que alguns países como Alemanha, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália e Portugal possuem o volume de suas exportações, em média, menor que 50% do PIB. E países como Luxemburgo e Malta apresentam o volume de exportação acima de 150% do seu PIB, em média.

Os cinco países que apresentam, em média, as maiores relações Exportação/PIB são: Luxemburgo, Malta, Irlanda, Eslováquia e Bélgica. E estes são também os cinco países que apresentam, em média, as maiores relações Importação/PIB, na mesma ordem.

Além da análise das exportações e importações dos países da ZE, fica evidente a necessidade de se analisar o comércio com os países da União Monetária, assim como os demais países que compõem a UE e os países terceiros ao bloco.

Através da tabela 3 podemos observar a composição das exportações no período de 2008-2015 onde podemos destacar de antemão alguns casos.

Tabela 3: Composição das Exportações dos países da ZE entre 2008-2015

Países/Parceiros (1)	2008			2009			2010			2011		
	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	39,8	21,6	38,6	40,0	20,1	39,9	38,2	19,6	42,1	37,3	19,8	42,9
Áustria	52,4	23,2	24,3	54,7	17,8	27,6	57,1	18,9	23,9	57,0	18,0	25,0
Bélgica	59,4	14,4	26,2	59,0	14,7	26,4	56,7	14,1	29,2	55,4	14,0	30,7
Chipre	24,7	30,6	44,6	23,8	27,5	48,7	23,6	25,7	50,7	24,1	24,6	51,3
Eslováquia	47,3	37,1	15,6	47,6	37,3	15,0	46,8	37,8	15,4	45,9	38,1	15,9
Eslovênia	51,8	17,3	31,0	53,9	14,7	31,4	54,7	15,5	29,8	55,3	15,4	29,3
Estônia	36,3	36,0	27,7	39,4	34,0	26,5	36,6	35,8	27,6	34,4	35,4	30,2
Finlândia	5,6	5,7	88,6	26,8	24,1	49,1	25,9	25,1	49,0	25,9	26,6	47,5
França	44,5	16,2	39,4	45,2	14,3	40,5	45,3	13,9	40,8	46,1	13,7	40,1
Grécia	34,0	20,8	45,2	35,7	20,8	43,5	33,6	19,2	47,2	34,0	18,2	47,8
Holanda	56,7	17,3	26,0	56,5	16,5	26,9	55,5	15,5	28,9	56,4	15,6	28,0
Irlanda	38,9	25,0	36,1	39,4	23,4	37,2	37,3	22,8	39,9	36,6	22,1	41,3
Itália	43,6	15,4	41,0	43,3	14,6	42,1	42,6	14,8	42,6	41,9	14,0	44,1
Letônia	47,1	18,1	34,8	46,3	17,4	36,2	45,8	18,5	35,7	46,0	19,2	34,8
Lituânia	24,5	36,0	39,5	27,9	36,2	35,9	26,8	33,6	39,5	33,0	27,1	39,9
Luxemburgo	62,7	14,8	22,5	62,8	15,1	22,0	59,8	15,0	25,2	59,4	16,0	24,6
Malta	19,9	15,7	64,4	18,3	13,5	68,2	18,3	15,5	66,2	17,7	14,5	67,7
Portugal	61,2	13,4	25,4	61,0	13,4	25,6	61,4	13,1	25,4	60,4	13,1	26,5
Países/Parceiros(1)	2012			2013			2014			2015		
	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	35,1	19,6	45,3	34,8	20,1	45,1	34,6	21,2	44,2	34,1	21,5	44,4
Áustria	58,7	17,2	24,1	57,9	17,5	24,5	57,0	18,6	24,4	56,7	16,6	26,7
Bélgica	54,7	13,9	31,4	54,4	14,6	30,9	54,7	15,1	30,2	54,6	15,9	29,6
Chipre	22,0	23,3	54,7	23,3	24,3	52,4	25,1	22,3	52,6	24,6	27,3	48,1
Eslováquia	44,7	38,8	16,5	44,7	38,8	16,5	44,7	38,8	16,5	44,7	38,8	16,5
Eslovênia	54,5	14,9	30,6	54,0	18,6	27,3	54,3	22,6	23,1	54,7	22,7	22,6
Estônia	32,6	34,9	32,5	31,6	40,2	28,2	43,4	30,1	26,5	49,0	26,2	24,8
Finlândia	25,6	26,6	47,8	30,6	23,5	45,9	31,1	23,9	44,9	30,3	24,7	45,0
França	44,5	13,6	41,9	43,4	13,7	42,8	43,9	14,0	42,1	42,8	14,3	42,9
Grécia	30,8	17,8	51,4	32,5	19,0	48,6	33,6	20,0	46,4	38,6	20,4	41,0
Holanda	54,7	15,6	29,6	53,6	16,8	29,5	53,0	17,1	29,8	51,3	17,6	31,0
Irlanda	37,5	23,0	39,5	35,1	22,5	42,4	34,0	21,6	44,4	28,6	18,0	53,3
Itália	39,9	13,6	46,6	39,2	13,9	46,9	39,8	14,2	45,9	40,3	14,4	45,3
Letônia	44,0	19,4	36,6	44,2	20,7	35,1	44,7	22,4	32,9	45,2	22,4	32,4
Lituânia	30,6	28,5	40,9	27,5	27,7	44,9	35,9	18,8	45,3	39,8	21,6	38,5
Luxemburgo	58,0	16,4	25,6	56,4	17,4	26,1	55,3	19,1	25,6	53,6	19,6	26,9
Malta	15,9	13,8	70,3	14,4	15,7	69,9	22,7	16,3	61,0	23,8	17,2	59,1
Portugal	57,0	13,0	30,0	56,3	13,2	30,4	56,5	13,4	30,1	57,7	13,9	28,3

[1] Parceiros divididos em ZE = Zona do Euro, OUE = Outros da União Europeia e TERC = Países terceiros e demais organizações. Não foram apresentados dados da Espanha para o período.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Base EUROSTAT.

Anteriormente, na tabela 2, falamos da questão das exportações de Malta que correspondia em média a 153% do seu PIB, na presente tabela podemos observar que mais de 60% das exportações são destinados a países terceiros e demais organizações. Ao mesmo tempo, observamos que o outro país que apresentava fluxo de exportações com mais de 150% do PIB em média, Luxemburgo, mantinha cerca de 60% desse fluxo entre os países da Zona do Euro.

No caso de países como Portugal, Luxemburgo, Holanda, Bélgica e Eslovênia, nota-se que durante todo o período estes mantiveram mais de 50% de suas exportações para países da Zona do Euro. No entanto, países como a Finlândia, Malta, Chipre e Irlanda, mantiveram, em determinados períodos, um fluxo maior de exportações com países terceiros ao bloco.

Em termos gerais, pode-se observar também que, após a crise de 2008 os países procuraram mercados fora da Zona do Euro e, principalmente, fora da União Europeia. Com destaque para Alemanha, que passou de 60,2% de suas exportações para países fora da Zona do Euro (os outros membros da UE e os terceiros ao bloco) em 2008 passando para 65,9% das exportações em 2015.

É necessário ressaltar também o caso da Estônia que fez um caminho inverso aos demais países. Assim, em 2008 as exportações para a Zona do Euro correspondiam a 36,3% do total de suas exportações totais, em 2015 tal valor decresce para 49,0% de exportações destinadas aos países da ZE.

Observando agora pelo lado das importações na tabela 4, podemos ver que o principal importador comprando da ZE em termos de porcentagem do total de importações é Portugal, seguido por Bélgica e Eslovênia. Enquanto o país que mais importou de países terceiros ao bloco foi Malta. O comportamento de aumento no comércio para fora do Bloco não pode ser observado da mesma forma nas importações quanto nas exportações. Alguns países, como Portugal e Itália aumentaram a participação das importações da ZE nesse mesmo período.

Tabela 4: Composição das Importações dos países da ZE de 2008-2015 em % do total

Países/Parceiros(1)	2008			2009			2010			2011		
	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	38,2	19,2	42,5	39,2	18,6	42,2	37,9	18,2	44,0	37,8	18,3	43,8
Áustria	58,6	16,2	25,2	60,6	13,7	25,8	60,3	14,0	25,7	59,8	14,3	25,9
Bélgica	61,1	13,0	25,9	61,8	12,4	25,8	61,2	12,7	26,1	60,4	13,2	26,4
Chipre	47,6	15,1	37,3	48,8	15,1	36,1	46,8	14,9	38,3	45,1	14,5	40,4
Eslováquia	37,6	31,9	30,4	32,1	38,5	29,5	31,4	35,8	32,8	30,8	35,5	33,7
Eslovênia	61,5	13,6	25,0	62,6	12,6	24,7	61,6	12,8	25,6	60,9	13,3	25,7
Estônia	43,1	39,6	17,3	41,3	42,0	16,7	40,7	42,4	16,9	39,0	44,7	16,4
Finlândia	9,1	9,0	81,8	35,7	30,5	33,7	35,0	30,2	34,8	33,3	30,7	36,0
França	45,6	14,3	40,1	47,2	12,5	40,4	47,3	11,7	41,0	46,3	11,7	42,0
Grécia	40,5	11,7	47,8	43,4	12,3	44,3	39,2	13,6	47,2	37,6	12,9	49,5
Holanda	42,8	12,7	44,4	42,2	13,7	44,1	39,4	13,0	47,6	38,9	13,1	48,0
Irlanda	31,1	28,8	40,1	31,9	26,2	42,0	32,0	26,3	41,7	32,3	25,5	42,2
Itália	44,0	11,0	45,0	46,1	11,4	42,5	45,0	10,8	44,3	43,9	10,8	45,3
Letônia	54,6	18,3	27,2	53,3	17,7	29,0	53,2	17,9	28,9	54,7	18,2	27,2
Lituânia	28,8	28,7	42,5	29,9	29,4	40,7	29,1	27,9	43,0	32,2	24,9	42,9
Luxemburgo	59,6	14,6	25,8	61,7	13,5	24,8	59,4	13,6	27,0	57,8	14,0	28,2
Malta	28,9	12,2	58,9	25,9	12,1	62,0	25,9	13,1	61,1	29,7	11,1	59,2
Portugal	66,1	8,8	25,1	69,1	9,1	21,8	66,8	9,2	24,0	65,2	8,6	26,2
Países/Parceiros(1)	2012			2013			2014			2015		
	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	38,0	17,9	44,1	38,8	18,6	42,6	38,8	19,2	42,0	37,7	19,4	42,9
Áustria	58,9	14,5	26,6	59,4	15,7	24,9	59,3	16,3	24,3	59,0	16,3	24,8
Bélgica	61,2	12,7	26,1	60,6	12,7	26,7	61,2	12,2	26,5	59,7	13,1	27,2
Chipre	44,6	14,5	40,9	44,6	13,9	41,5	45,8	15,0	39,3	45,1	15,7	39,2
Eslováquia	30,3	35,2	34,5	30,3	35,2	34,5	30,3	35,2	34,5	30,3	35,2	34,5
Eslovênia	60,9	13,2	26,0	58,9	17,4	23,7	58,5	19,9	21,6	58,8	21,4	19,8
Estônia	39,7	42,2	18,0	40,1	42,2	17,8	48,9	33,0	18,1	58,2	24,3	17,5
Finlândia	33,8	31,5	34,7	39,0	29,6	31,4	38,7	30,8	30,5	41,1	31,6	27,3
França	46,5	11,8	41,8	47,4	11,4	41,2	47,2	11,5	41,3	46,8	11,7	41,5
Grécia	35,3	13,1	51,6	35,6	12,4	52,0	36,5	12,8	50,7	38,7	14,3	46,9
Holanda	37,7	13,4	48,9	38,4	14,0	47,6	38,3	13,3	48,4	38,6	12,7	48,6
Irlanda	33,4	23,5	43,2	33,3	23,5	43,2	31,1	22,3	46,7	27,0	16,7	56,3
Itália	43,5	10,6	46,0	45,0	11,5	43,5	45,6	12,2	42,2	47,0	12,4	40,5

Letônia	55,7	18,0	26,3	56,5	18,9	24,6	55,8	20,8	23,4	54,8	20,7	24,6
Lituânia	32,2	26,4	41,4	34,5	26,6	38,9	43,1	22,0	35,0	45,3	22,5	32,2
Luxemburgo	58,5	12,8	28,7	56,2	13,4	30,4	54,7	15,0	30,2	52,7	17,1	30,1
Malta	28,3	11,4	60,3	24,5	11,8	63,7	26,0	15,1	58,9	26,8	15,0	58,2
Portugal	63,1	8,0	28,9	63,6	8,2	28,2	65,8	8,7	25,5	67,1	8,9	24,0

[1] Parceiros divididos em ZE = Zona do Euro, OUE = Outros da União Europeia e TERC = Países terceiros e demais organizações. Não foram apresentados dados da Espanha para o período.

Fonte: Elaboração própria com dados da Base EUROSTAT.

A análise da tabela 5 permite verificar, os maiores exportadores e importadores para/da Zona do Euro no acumulado do período 2008-2015. A presença das mesmas economias, mesmo que em ordens diferentes, mostra tanto a questão de serem as maiores economias entre as outras 19 que compõem a ZE quanto as que destinam partes relevantes de seu comércio exterior para a Zona do Euro.

Tabela 5: Maiores exportadores e importadores para/da ZE entre 2008-2015

Exportadores		Importadores	
País	%	País	%
Alemanha	26,44	Alemanha	25,40
Holanda	16,30	França	18,17
França	15,26	Itália	12,39
Itália	10,93	Bélgica	11,55
Bélgica	10,18	Holanda	10,94

Fonte: Elaboração própria com dados da Base EUROSTAT.

A próxima questão a ser abordada refere-se ao fato das principais economias da UE (Alemanha e França) possuírem uma relação estável na Balança Comercial e apresentarem um fluxo de comércio exterior maior e crescente durante esse período com países terceiros ao bloco.

B - A hegemonia no comércio exterior: o caso alemão e francês

Partindo dos dados apresentados anteriormente podemos agora analisar o desempenho das duas maiores economias da União Europeia. No gráfico 1, observamos a relação exportação/importação de forma isolada das duas economias. Nota-se que a Alemanha manteve uma Balança Comercial em um nível bastante favorável (acima de 1,15), principalmente se comparado a situação dos países da ZE que mantiveram essa relação em média a 1,06.

Da mesma forma, a França, no período analisado, manteve uma relação comercial desfavorável, mas sempre próxima à unidade e mantendo o mesmo patamar. Um ponto que deve ser levado em consideração é o fato de o comércio exterior francês não ser empurrado para um saldo

positivo na Balança Comercial assim como ocorreu com países como Portugal, Espanha, Grécia e Chipre como foi observado na tabela 1.

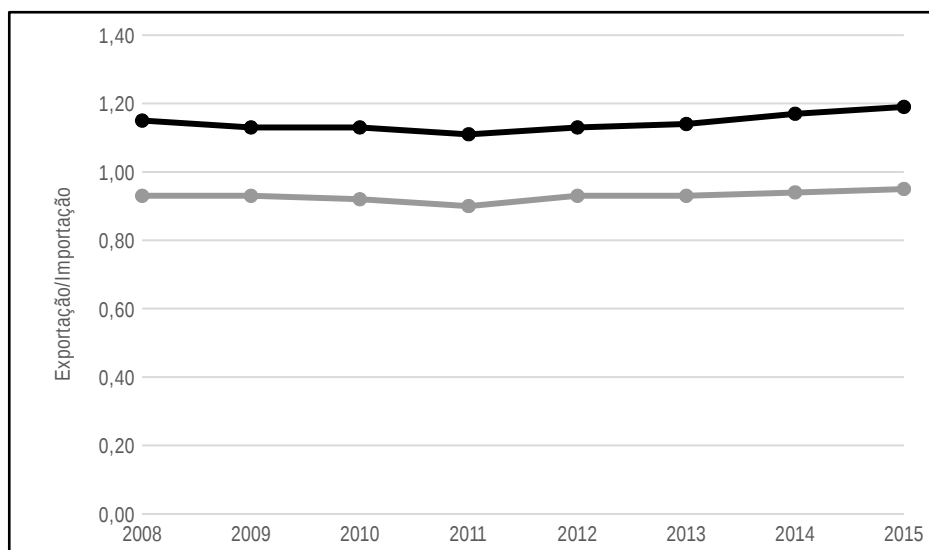


Gráfico 1: O desempenho do Comércio Exterior da Alemanha e França entre 2008-2015

Fonte: Elaboração própria com dados da Base EUROSTAT.

Outro ponto importante é a questão da composição das exportações e importações. Ambos os países possuem uma pauta de comércio exterior dinâmica no que se refere a transações entre países da ZE e com o resto do mundo, ambas transacionam mais com países fora da ZE.

Na tabela 6 observa-se que a Alemanha, que no período de 2008-2015, exportou em média um volume equivalente a quase 45% do seu PIB e uma importação equivalente a quase 39% do seu PIB em média, transacionou, a título de exportação, com a Zona do Euro, uma fatia de 36% em média do seu total de exportações. Enquanto suas importações para a ZE giravam em torno dos 38% do total importado.

Ainda na mesma a tabela, constata-se que a França exporta para a ZE uma fatia maior do seu fluxo total, em média 45% no período de 2008-2015, enquanto importa da ZE, em média, 47%.

A queda do volume e das fatias de mercado ocorridas nesse período, fenômeno observado tanto na Alemanha quanto na França, condiz com o que fora observado mais cedo, sobre a busca dos países da ZE nos mercados com terceiros ao bloco.

Claro que por serem as maiores economias do bloco, o seu volume ainda supera em muito as outras economias no que se refere a exportação e importação na Zona do Euro, conforme visto na tabela 5.

Tabela 6: Exportações e Importações da Alemanha e França entre 2008-2015, em % do total.

Exportações

	2008			2009			2010			2011		
Países/Parceiros	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	39,8	21,6	38,6	40,0	20,1	39,9	38,2	19,6	42,1	37,3	19,8	42,9
França	44,5	16,2	39,4	45,2	14,3	40,5	45,3	13,9	40,8	46,1	13,7	40,1
	2012			2013			2014			2015		
Países/Parceiros	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	35,1	19,6	45,3	34,8	20,1	45,1	34,6	21,2	44,2	34,1	21,5	44,4
França	44,5	13,6	41,9	43,4	13,7	42,8	43,9	14,0	42,1	42,8	14,3	42,9

Importações												
	2008			2009			2010			2011		
Países/Parceiros	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	38,2	19,2	42,5	39,2	18,6	42,2	37,9	18,2	44,0	37,8	18,3	43,8
França	45,6	14,3	40,1	47,2	12,5	40,4	47,3	11,7	41,0	46,3	11,7	42,0
	2012			2013			2014			2015		
Países/Parceiros	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc	ZE	OUE	Terc
Alemanha	38,0	17,9	44,1	38,8	18,6	42,6	38,8	19,2	42,0	37,7	19,4	42,9
França	46,5	11,8	41,8	47,4	11,4	41,2	47,2	11,5	41,3	46,8	11,7	41,5

Legenda: ZE = Países da Zona do Euro, OUE = Outros países da União Europeia, Terc.=Países terceiros.
Fonte: Elaboração própria com dados da Base EUROSTAT.

Para melhor compreensão dos impactos do comércio desses dois países na ZE são necessários dados quanto à composição dessas importações no que se refere a bens e serviços vistos de forma separadamente, o que não é objeto da presente análise. Mas os dados nos mostram a força comercial e o grande impacto que os dois países exercem na UE.

Cabe destacar também que países como a Itália também possuem um impacto significativo no comércio exterior da ZE, porém não destacado neste tópico por fazerem parte dos países que mudaram o resultado da sua Balança Comercial no período analisado.

C - Países com Balança Comercial em ascensão e as políticas de recuperação

Outro movimento que carece da nossa atenção é a virada da Balança Comercial de alguns países que saíram de uma situação “desfavorável” para “favorável” conforme o andamento da crise. É o caso da Itália, Portugal, Grécia, Chipre e Espanha. Na tabela 7, observamos que juntos, esses países correspondem a uma fatia inferior à Alemanha ou França.

Tabela 7: Países e sua contribuição no agregado das exportações e importações entre 2008-2015

Exportadores		Importadores	
País	%	País	%
Itália	10,93	Itália	12,39
Portugal	2,16	Portugal	2,81
Grécia	1,10	Grécia	1,63
Chipre	0,15	Chipre	0,32

Fonte: Elaboração própria com dados da Base EUROSTAT.

Podemos perceber que os países contribuem com porcentagens inferiores a 15% do total exportado da ZE no período analisado. O mesmo pode ser observado nas importações.

Na tabela 8 podemos destacar a dimensão do comércio exterior destes países. Onde podemos observar a queda nas importações de países como Grécia e Portugal. Assim como os esforços para aumento das exportações do Chipre e Itália.

Tabela 8: Exportações (X) e Importações (M) dos países selecionados (%PIB) no período de 2008-2015

Anos/Países		Grécia	Espanha	Itália	Chipre	Portugal
2008	X	23,4	25,3	27,0	50,1	31,1
	M	36,0	30,4	27,8	62,9	40,8
2009	X	19,0	22,7	22,5	48,7	27,1
	M	28,8	23,8	23,1	54,1	34,0
2010	X	22,1	25,5	25,2	50,2	29,9
	M	30,7	26,8	27,2	57,5	37,4
2011	X	25,5	28,9	27,0	52,9	34,3
	M	32,3	29,2	28,6	55,9	38,6
2012	X	28,7	30,7	28,6	53,5	37,7
	M	33,1	29,2	27,6	55,0	38,2
2013	X	30,4	32,2	28,9	58,7	39,5
	M	33,2	29,0	26,6	56,9	38,5
2014	X	32,5	32,7	29,3	62,2	40,1
	M	34,9	30,2	26,5	60,1	39,9
2015	X	31,9	33,2	30,0	61,2	40,6
	M	31,8	30,7	27,1	60,9	39,8

Fonte: Elaboração própria com dados da Base EUROSTAT.

Nota-se que, para alcançar uma Balança Comercial favorável nesse período, Espanha, Itália e Portugal aumentaram relativamente a participação das exportações em função do PIB, mantendo estáveis os níveis de importações no período. Ao passo que Grécia e Chipre, reduziram o total relativo de importações e aumentaram suas exportações.

CONCLUSÃO

A constituição da União Europeia estava pautada no estabelecimento de uma regra que favorecia o comércio entre os Estados-Membros e limitava, através de encargos aduaneiros, a comercialização feita entre os países da UE com os chamados “países terceiros”. Esta configuração

está de acordo com o processo de integração econômica que se realiza através de blocos econômicos, por vários anos.

Outra questão inerente à UE, é o estabelecimento de uma Política Comercial Comum, que estabelece uma pauta aduaneira comum a todos os Estados-Membros. Essa unidade no tocante ao comércio internacional dos países do bloco é refletida na competência exclusiva para legislar sobre a pauta comercial da UE, que cabe ao Conselho Europeu.

Outro reflexo desta união comercial se faz na participação do bloco europeu nas deliberações da principal instituição do comércio no mundo, a OMC. A UE exerce importante influência nas decisões da OMC através do voto unificado, com todos os Estados-Membros representados pelo Conselho Europeu,

Sendo assim, diante das perturbações financeiras ocorridas no mundo, que se iniciaram em 2007 e se agravaram em 2008, observou-se o comportamento das exportações e importações, além da análise da Balança Comercial de cada país pertencente à Zona do Euro.

No período delimitado (2008-2015), pode-se observar que no início do período, doze países se encontravam em uma situação desfavorável no que se refere à Balança Comercial. Ao final do período, somente quatro se encontravam nesta situação e, ainda assim, se mantiveram em um patamar próximo à unidade. Demonstrando a preocupação de se manter uma Balança Comercial favorável como forma de recuperar a economia e reestabelecer uma demanda, dando saída aos produtos estocados durante o período de crise.

Países como Grécia e Portugal, que apresentavam em 2008 um nível abaixo de 0,8 na relação exportações/importações, demonstraram no decorrer do período uma recuperação no comércio exterior, principalmente no estímulo às exportações, superando os resultados de países como França e Finlândia.

Pode-se observar, também, que houve um aumento no nível das exportações e manutenção do volume importado, o que sugere que os países da ZE, no decorrer do período analisado, aumentaram suas exportações através do comércio com os países terceiros. Para comprovar este comércio com países terceiros, observando a tabela 3, podemos constatar que a maioria dos países aumentaram seu volume exportado para os países externos à Zona do Euro.

Este movimento culminou, em 2015, com a Resolução 2015/479, que fomenta, através de isenções aduaneiras no tocante à exportações com terceiros, um comércio para além da UE. Com isso, podemos identificar uma política comercial voltada para fora da Europa, como forma de recuperação da Crise Financeira de 2008.

Tal mudança nos leva a questionar o modo como as teorias de integração econômica colocam o objetivo da formação dos blocos no aumento e facilitação das transações comerciais

intrabloco. Esse pode ter sido o modelo seguido pelos países europeus durante a segunda metade do século XX mas, parece ter se esgotado, configurando um novo modo de atuação conjunta para domínio do mercado externo ao grupo unificado. E, se tal se mostrar constante nos próximos anos, deve-se questionar se a nova rota de atuação do bloco não se situa no caminho do domínio oligopólico de produção de determinadas áreas estratégicas. Importantes indústrias como a farmacêutica, telecomunicações, química fina e biotecnologia são exemplos dessa centralização nos países do bloco podendo levar ao controle corporativo do mercado mundial.

Outro aspecto que se confirma a partir desse exame dos dados cotejados das mudanças na estrutura e dinâmica das economias da Eurozona com as transformações institucionais nos países-membros e na própria dinâmica representacional do bloco é o da reorientação do papel e agenda do Estado nesse movimento. Confirma-se o exposto anteriormente, ou seja, o de que teria se dado um processo de transformações estruturais nas instituições dos Estados-Membros, as quais seguiram uma pauta, favorável aos interesses do Capital. Esta buscou, através da eliminação do Estado, em alguns pontos, e da sua reorientação de política econômica, reduzir os custos de transação, em sentido favorável ao bloco, e aumentar a taxa de exploração por sobre o trabalho, em sentido favorável ao Capital, através, inclusive do movimento de financeirização deste.

REFERÊNCIAS:

BEÇAK, P. **Mercosul: uma experiência de integração regional**. São Paulo: Contexto, 2000.

DEDMAN, M.J. **The origins and development of the European Union, 1945-95**. London: Routledge, 1996.

FERRER, A. **Historia de la globalización** V.II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 1998

KRUGMAN, P. E OBSTFELD, M. **Economia Internacional – Teoria e política**. 6ª. Ed. São Paulo: Pearson, 2005

MENDONÇA, Susana. A União Europeia e a Organização Mundial do Comércio. **Fichas Técnicas sobre a União Europeia**. Parlamento Europeu. 2017.

PARLAMENTO EUROPEU. Regulamento (UE) 2015/479 do Parlamento Europeu e do Conselho. IN **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 2015.

SÖDERSTEN, B. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.

UNIÃO EUROPEIA, Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia IN **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 2011.